

Acerto sobre direito de propriedade

09 FEV 1988

09 FEV 1988

Acuc
p. 1

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Líderes partidários e de grupos que se formaram na Assembléia Nacional Constituinte fecharam um acordo sobre o direito de propriedade ontem à noite.

O texto aprovado prevê que "é garantido o direito de propriedade, protegido pelo Estado, sem prejuízo do bem-estar social. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação pelos poderes públicos nos casos de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

Para ser aprovado, no entanto, o texto ainda depende do aval da bancada do PMDB. Embora tenha concordado com a proposta, o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB/SP), pediu ao presidente da Constituinte e atual presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães — mediador da reunião, que se realizou no Palácio do Planalto —, prazo até a manhã de hoje para consultar a bancada.

Se ficar como está, a proposta será mais uma vitória

do "Centrão". Na última sexta-feira, quando as votações em plenário sobre o tema foram suspensas por falta de acordo, surgiu um texto alternativo que assegurava o direito de propriedade, mas subordinado ao bem-estar social. A palavra "subordinado" não era aceita pelo grupo conservador, da mesma forma que o PMDB e os partidos de esquerda não aceitavam a indenização em dinheiro.

A fórmula encontrada ontem retira a palavra "subordinado"; em seu lugar, usa a expressão "sem prejuízo", mais amena. Por outro lado, ficou mantida a indenização em dinheiro, à exceção das reformas agrária e urbana, nas quais o ressarcimento será feito em títulos da dívida pública. Esses dois tipos de desapropriação são as exceções previstas no projeto constitucional. Porém, como lembrou o deputado José Genoíno (PT/SP), cujo partido não concordou com a proposta, não há garantias de que elas sejam mantidas, porque constam apenas do projeto, que ainda não é definitivo.

Na reunião das lideranças com Ulysses ainda foram discutidas propostas para um acordo em torno

da estabilidade no emprego, outro tema polêmico que pode atrasar as votações em plenário. A questão ainda permanece em aberto e nova reunião foi marcada para quarta-feira.

Mais uma vez deverão medir forças o PMDB e o "Centrão" na questão da estabilidade no emprego. A liderança do PMDB na Constituinte, segundo informou o deputado Nelson Jobim, deseja que a redação a ser dada ao tema seja igual à do primeiro projeto constitucional, que prevê proteção no emprego garantida contra despedida imotivada, na forma da lei. Já o "Centrão" não abre mão de que conste do corpo permanente da futura Carta que essa proteção seja garantida pelo pagamento de uma indenização. Jobim acredita que dificilmente o PMDB aceitará essa forma, porque, segundo ele, isso significaria uma falsa estabilidade ao trabalhador. Para o deputado Afif Domingos (PL-SP), membro do grupo conservador, é a palavra "indenização" que garante que o vínculo empregatício seja dissolúvel, já que a estabilidade é um conceito que o "Centrão" não aceita.